

CONTRATO Nº 032/CEGÁS/2017  
PROCESSO Nº SCDOC 2492/2017

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ – CEGÁS, E (O)A EMPRESA IUS NATURA LTDA - EPP, ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.**

A **COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS**, situada em Fortaleza - Ceará, na Avenida Washington Soares, nº 55, 11º andar – Bairro Cocó, inscrita no CNPJ sob o Nº 73.759.185/0001-96, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada Diretor Técnico e Comercial **Fabício Bomtempo de Oliveira**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da Identidade nº 1568028 SSP-DF, e inscrito no CPF/MF sob o nº 698.775.801-87, residente e domiciliado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, e pelo Diretor Presidente **Hugo Santana de Figueirêdo Junior**, brasileiro, casado, engenheiro e professor, portador da Carteira de Identidade de nº 628804-83 SSP/CE, inscrito no CPF/MF sob o n.º 074.179.208-70, residente e domiciliado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, e o(a) empresa **IUS NATURA LTDA - EPP**, com sede no(a) Al Oscar Niemeyer, nº 1033, Sala 204 – Pavimento 2 – edifício Atlanta 01 – Bairro : Vila da Serra – Nova Lima – MG – telefone (31) 3280-3500, inscrita no CNPJ sob o nº 26.265.371/0001-99, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo(a) Inscrição Estadual (MG)nº 002361704.00-80 doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelos (a) procuradores **Ricardo Rievers de Almeida**, brasileiro, casado, jornalista, portador da Carteira de Identidade nº 6.556.141-SSP/SC, e do CPF nº 005.291.716-94, residente e domiciliada(o) em Belo Horizonte – Minas Gerais, na Av. Bandeirantes, 477 – apto 402 – Bairro: Sion e **Leonardo Pinho de Oliveira**, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº 6508739/SSP-MG, e do CPF nº 027.788.036-02, residente e domiciliado em Belo Horizonte – MG na Rua Tenente Duval, nº 83 – apto 305 – Bairro Santa Tereza, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO**

1.1. O presente contrato tem como fundamento o inciso II, art. 29 da Lei nº 13.303/2016, os preceitos do direito privado, e na Proposta Técnico-Comercial Nº 2733/17\_Rev.2, datada de 16 de outubro de 2017, necessários ao cumprimento do seu objeto.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

2.1. Constitui objeto deste contrato a prestação de serviço de **Sistema de Gerenciamento de Conformidade Legal**, dispondo de forma eletrônica de todos os requisitos legais aplicáveis à CEGÁS das resoluções da ARCE, Legislação Federal, Estadual e dos Municípios de Fortaleza, Eusébio, Aquiraz, Caucaia, Horizonte, São Gonçalo do Amarante e Aracati, relacionados a Meio Ambiente (ISO 14001), Saúde Ocupacional (OHSAS 18001) e Responsabilidade Social (S A 8000) conforme **ANEXO - TERMO DE REFERÊNCIA**.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO**

3.1. O valor contratual global importa na quantia de R\$ 46.861,00 (quarenta e seis, mil, oitocentos e sessenta e um reais), com a seguinte distribuição:

a) R\$ 7.861,00, pagos em parcela única, após a implantação do sistema CAL, no prazo constante no subitem 6.1.

b) R\$ 7.800,00, pagos anualmente referente a manutenção do sistema, com parcela mensal estimada em R\$ 650,00. Perfazendo o total de R\$ 39.000,00 para o período de vigência deste instrumento contratual.

3.2. Os preços são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses da apresentação da proposta. Após os 12(doze) meses os preços contratuais, referente a manutenção do sistema, serão reajustados, tomando-se por base o mês da apresentação da proposta, **pela variação do IPC-A** constante da revista "CONJUNTURA ECONOMICA", editada pela Fundação Getúlio Vargas.

3.3. No cálculo dos reajustes será utilizada a seguinte fórmula:

$$R = V \left[ \frac{I - I_0}{I_0} \right], \text{ onde:}$$

R = valor do reajuste procurado;

V = valor contratual dos serviços a serem reajustados;

I<sub>0</sub> = índice inicial – correspondente ao mês da entrega da proposta;

I = índice final – correspondente ao mês de aniversário anual da proposta

3.3.1. O FATOR deve ser truncado na quarta casa decimal, ou seja, desprezar totalmente da quinta casa decimal em diante.

3.4 A aplicação do reajuste se fará a partir do 13º mês após a data-limite da apresentação da proposta de preços, sendo que o seu valor percentual (calculado com a aplicação da fórmula acima) se manterá fixo por 12 meses, e assim sucessivamente a cada 12 meses.

3.5. A data base de referência da proposta de preços será o mês de apresentação da proposta de preços, e os possíveis reajustes, calculados a partir deste.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos da CEGÁS

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

5.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 05 (cinco) anos contado a partir da sua celebração, conforme disposto no art. 71, da Lei Federal nº 13.303/2016.

5.2. O prazo de execução será de 2 meses devendo iniciar em no máximo 15 dias após a emissão da AS – Autorização de Serviço, ser realizado de forma contínua através da efetivação do pedido mediante AS – Autorização de Serviço.

5.3. O contratado poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme dispõe o §1º do art. 81 da Lei Federal 13.303/2016.

5.4. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item acima, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as contratantes.

5.5. A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

5.6. Em havendo alteração do contrato que aumente os encargos da contratada, a CEGÁS deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

5.7. O objetivo contratual que comprovadamente apresentar desconformidade com as especificações deste termo, deverá ser refeito no prazo de até 10 dias úteis, contados da sua notificação.

5.8 O contrato poderá ser rescindido por conveniência das partes, mediante prévia e expressa comunicação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO**

6.1. O pagamento será efetuado mensalmente, em moeda corrente até o 20º (vigésimo) dia, do mês subsequente a execução dos serviços, contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura no protocolo da CEGÁS, devidamente atestada pelo gestor do contrato, mediante crédito em conta corrente em nome da Contratada, preferencialmente no Banco Bradesco S/A.

6.1.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser enviada até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente a execução dos serviços e entregue no protocolo da CEGÁS.

6.1.2. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

6.2. Não será efetuado qualquer pagamento à contratada, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

6.4. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

6.4.1. Documentação relativa à regularidade para com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Trabalhista e Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

6.5. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em cartório. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

6.6. Será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as normas vigentes.

6.7. Fica assegurado a CEGÁS o direito de deduzir de qualquer documento de cobrança da contratada, as importâncias correspondentes a multas e/ou débitos a que a mesma porventura tiver dado causa.

#### **CLÁUSULA SETIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

7.1. Sem garantia contratual.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO**

##### **8.1. QUANTO à EXECUÇÃO:**

8.1.1. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento, no prazo máximo de 2 meses devendo iniciar em no máximo 15 dias após a emissão da AS – Autorização de Serviço, ser realizado de forma contínua através da efetivação do pedido mediante AS – Autorização de Serviço.

8.1.2. A execução dos serviços, sem custos adicionais, deverá ser feita na Sede da Contratada e na Sede da CEGÁS, situada na Av. Washington Soares, nº 6475, bairro Alagadiço Novo, Fortaleza/CE ou em quaisquer outros lugares da Região metropolitana de Fortaleza – RMF ou fora dela, previamente indicado na Autorização de Serviço - AS.

8.1.3. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 24(vinte e quatro) horas antes do término do prazo de execução, e aceitos pela CONTRATANTE, não serão considerados como inadimplemento contratual;


##### **8.2. QUANTO AO RECEBIMENTO:**

8.2.1. PROVISORIAMENTE, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto contratual com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela CONTRATANTE.

8.2.2. DEFINITIVAMENTE, sendo expedido termo de recebimento definitivo, após verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas, e, conseqüente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1. Executar o objeto em conformidade com as condições constantes neste instrumento e no Anexo – Termo de Referência.



Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page, including a circular stamp that reads "ASSESSORIA JURÍDICA" and the number "377".

9.2. Manter durante toda a execução contratual em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

9.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

9.4. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado para execução contratual.

9.5. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

9.6. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

9.7. Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e na Portaria n.º 3.460/77, do Ministério do Trabalho, relativos a segurança e higiene do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida.

9.8. Responder, perante as leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que a CONTRATADA não deverá, mesmo após o término do CONTRATO, sem consentimento prévio por escrito da CONTRATANTE, fazer uso de quaisquer documentos ou informações especificadas no parágrafo anterior, a não ser para fins de execução do CONTRATO.

## **10. CLÁUSULA DECIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através de autorização de serviços ou outro instrumento hábil.

10.2. Fiscalizar como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse o exato e fiel cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no contrato.

10.3. Notificar a Contratada, por escrito, quando da ocorrência de eventuais imperfeições na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção, conforme sua conveniência.

10.4. Fiscalizar a quantidade e a qualidade dos materiais e equipamentos utilizados durante a execução dos serviços e solicitar à Contratada a substituição de qualquer material ou equipamento que não estejam atendendo às necessidades do serviço.

10.5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais.

10.6. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes aos serviços que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

10.7. Atestar as Notas fiscais/Faturas para efeito de pagamento.

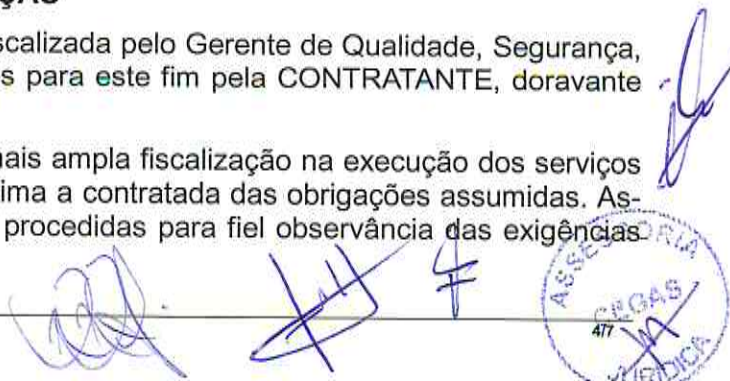
10.8. Efetuar os pagamentos na forma e no prazo estabelecido.

10.9. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

## **CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO**

11.1 A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo Gerente de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde, especialmente designados para este fim pela CONTRATANTE, doravante denominado simplesmente de GESTORES

11.2. A CEGÁS reserva-se o direito de exercer a mais ampla fiscalização na execução dos serviços objeto do presente do contrato, sem que tal fato exima a contratada das obrigações assumidas. Assim sendo, atenderá prontamente às reclamações procedidas para fiel observância das exigências contratuais.



Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page, including a circular stamp with the text "ASSESSORIA JURÍDICA" and "CEGÁS 477".

11.3. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da CEGÁS não exime a contratada da total responsabilidade pelos fornecimentos.

11.4. No caso da inobservância, pela contratada, das exigências da fiscalização, terá a CEGÁS, além do direito de aplicação das sanções previstas no contrato, também o de suspender a execução dos serviços contratados e sustar o pagamento de quaisquer documentos de cobrança.

#### **CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CEGÁS poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a contratada, nos termos do art. 83 da Lei nº 13.303/2016, as seguintes penalidades:

I – Advertência: Repreensão por escrito imposta a contratada por falta leve na execução do contrato;

II – Multas, estipuladas na forma do subitem 8.4 deste termo.

III – suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a CEGÁS pelo prazo de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.

12.2. As sanções previstas nos incisos I e III deste Contrato poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa.

12.3. A advertência consiste em repreensão por escrito imposta pelo não cumprimento das normas de licitação ou dos contratos celebrados.

12.4. A multa aplicável será aplicada da seguinte forma:

- a) Multa diária de 0,3% (três décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente;
- b) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior;
- c) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor nota de empenho, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 1% (um por cento) em caso de reincidência;
- d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela contratante;

12.5. A(s) multa(s) a que porventura a CONTRATADA der causa será(ão) descontada(s) da garantia contratual ou, na sua ausência, insuficiência ou de comum acordo, nos documentos de cobrança e pagamento pela execução do contrato, reservando-se a CEGÁS o direito de utilizar, se necessário, outro meio adequado à liquidação do débito.

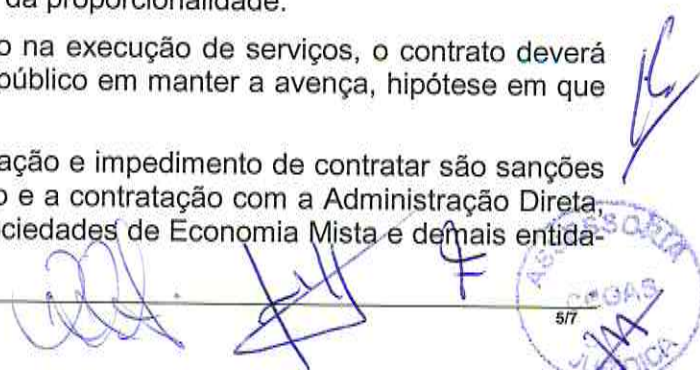
12.5.1. Se não for possível o pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes, a CONTRATADA recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do Órgão CONTRATANTE. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

12.6. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a licitante ou contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo IPCA ou equivalente, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente a ela devidos ou cobrada judicialmente.

12.7. A multa poderá ser aplicada juntamente com outras sanções segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, desde que observado o princípio da proporcionalidade.

12.8. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso injustificado na execução de serviços, o contrato deverá ser rescindido, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplicada a multa.

12.9. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar são sanções administrativas que obstem a participação em licitação e a contratação com a Administração Direta, Autárquica e Fundacional, as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista e demais entida-



des controladas direta ou indiretamente pelo Estado do Ceará, sendo aplicadas nos seguintes prazos e hipóteses:

- 12.9.1. por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo da Advertência, a contratada permanecer inadimplente;
- 12.9.2. por até 12 (doze) meses, quando a contratada ensejar o retardamento da execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal; e
- 12.9.3. por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a contratada:
  - 12.9.3.1. apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados na contratação, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem indevida;
  - 12.9.3.2. praticar atos ilegais ou imorais visando frustrar os objetivos da contratação; ou
  - 12.9.3.3. for multada, e não efetuar o pagamento.

12.10. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e do contraditório, na forma da lei.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

13.1. A inexecução total ou parcial deste contrato pela CONTRATADA ensejará sua rescisão pela CEGÁS, com as consequências previstas neste Contrato e na legislação que rege a Administração Pública e seus contratos.

13.2. Considera-se em mora a CONTRATADA, pelo simples descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, independentemente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial.

13.3. Constituem motivo para a rescisão do contrato:

- I – O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II – O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- III – A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- IV – O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- V – A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- VI – O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- VII – O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio;
- VIII – A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IX – A dissolução da sociedade ou o falecimento do representante legal da CONTRATADA;
- X – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste contrato;
- XI – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- XII – A supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial deste contrato além do limite permitido no §1º do art. 81 da Lei 13.303/16;
- XIII – A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado a CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;



XIV – O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

XV – A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

XVI – A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XVII – Descumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.4. A rescisão deste contrato poderá ser:

I – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XI e XVI do item anterior;

II – Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CEGÁS;

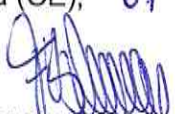
III – Judicial, nos termos da legislação;

#### **CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DO FORO**


14.1. Fica eleito o Foro do município de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa;

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente Contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Fortaleza (CE), 01 de DEZEMBRO de 2017.




**FABRICIO BOMTEMPO DE OLIVEIRA**  
Diretor Técnico e Comercial  
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS



**HUGO SANTANA DE FIGUEIRÊDO JUNIOR**  
Diretor Presidente  
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS



**RICARDO RIEVERS DE ALMEIDA**  
Procurador  
IUS Natura Ltda



**LEONARDO PINHO DE OLIVEIRA**  
Procurador  
IUS Natura Ltda

**Testemunhas:**